

## *O Labor e as Redes: O Trabalho e suas “Novas Espacialidades”*

*Labor and Networks: Work and It’s “New Spatialities”*

*Trabajo Y Redes: El Trabajo Y Sus “Nuevas Espacialidades”*

Felipe Perdigão Barbosa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio  
felipegeomorfologo@gmail.com

Alvaro Ferreira

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ  
alvaro.ferreira.geo@gmail.com

---

### **Resumo**

O presente artigo busca tecer uma análise sobre as relações tecidas entre trabalho, ciberespaço e a criação de novas espacialidades. Assim, ao considerarmos o desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e sua relação com a precarização do trabalho, torna-se possível refletir sobre as nuances do ciberespaço e suas implicações nas dinâmicas contemporâneas de trabalho.

**Palavras-chave:** Trabalho. Ciberespaço. Espacialidades e novas tecnologias.

---

### **Abstract**

This article seeks to weave an analysis of the relationships woven between work, cyberspace and the creation of new spatialities. Thus, when considering the development of new communication technologies and their relationship with the precariousness of work, it becomes possible to reflect on the nuances of cyberspace and this implications for contemporary work dynamics.

**Keywords:** Work. Cyberspace. Spatialities and new technologies.

---

### **Resumen**

Este artículo busca analizar la relación entre trabajo, ciberespacio y la creación de nuevas espacialidades. Así, al considerar el desarrollo de las nuevas tecnologías de la comunicación y su relación con la precariedad del trabajo, se hace posible reflexionar sobre los matices del ciberespacio y sus implicaciones para las dinámicas contemporâneas del trabajo.

**Palabras clave:** Trabajo. Ciberespacio. Espacialidades y nuevas tecnologías.

---

## Introdução

Compreendendo o trabalho como imanente ao ser, considera-se que todo indivíduo, em qualquer momento histórico, sempre trabalhou. Assim, ao analisar o labor como próprio à existência humana, ratifica-se a sua importância para a formação do ser em sua totalidade e complexidade. Contudo, ao longo de sua história e de seu desenvolvimento, o sistema capitalista ampliou os processos de alienação contidos nas relações sociais e de trabalho, o transformando em um modo de produção de mercadorias e de criação de valor.

A objetificação do ser como um mero produtor de coisas foi perversamente potencializada através de uma narrativa neoliberal, onde o trabalho torna-se essencial ao capitalismo. Entra em cena então a figura do emprego. Torna-se evidente que ao longo de todo o processo de industrialização, por exemplo, o trabalhador foi cada vez mais transformado em um apêndice da máquina. Engendrado em uma miríade cada vez mais crescente de alienações e expropriações de toda sorte, o trabalhador passou a ter sua vida controlada pelo tempo de produção, o que por sua vez, criou novas formas de relacionamento do ser com a natureza, que passa a ser vista como fonte de matéria-prima e recurso para o desenvolvimento do sistema capitalista.

O desenvolvimento de novas tecnologias, a despeito do que se pensava, não liberou os sujeitos do trabalho objetificado. Ao contrário, fortificou um processo constante de substituição do trabalhador por máquinas e/ou processos de automação, como pôde ser observado no período supracitado e ainda se faz presente nos dias de hoje.

Ao tomar nota de todas as inovações técnicas e tecnológicas desenvolvidas e prospectadas para o século XXI, será cada vez mais comum nos depararmos com cenários sociais cada vez mais distópicos, permeados por diversos processos de segregação tecnológica. Aliados à uma forte defasagem educacional, tais distopias promoverão uma ruptura ainda maior nas relações de trabalho, potencializando dessa maneira a pobreza e a exclusão social.

A vida, por consequência, está cada vez mais determinada pelos ritmos da produção e reprodução do capital, guiando-se por um insuportável controle do tempo, como bem dissemos. Além disso, novos processos de expropriação do tempo estão cada vez mais presentes, culminando em uma vida constantemente guiada pelas urgências da sobrevivência. No Brasil, país da periferia do capitalismo, é notório que uma parcela significativa da população está sujeita a degradação humana a partir do subemprego e da informalidade, haja vista o crescimento do trabalho temporário.

Considerando ainda o desenvolvimento tecnológico global, torna-se importante levar em conta que o ciberespaço, bem como todo o seu processo de desenvolvimento e popularização, estabeleceu a mística contemporânea de que todos nós devemos estar conectados durante todo tempo.

Em países periféricos como o Brasil, conectar-se diariamente é um grande desafio, sobretudo quando atentamos ao fato de que grande parte da população não tem acesso à internet e nem possui condições de adquirir equipamentos para o seu uso pessoal. Tal

obviedade se fez notar claramente ao longo da crise pandêmica que vivemos em 2020 e que se estende até os dias de hoje. Ao longo de toda a pandemia de Covid-19, observamos inúmeras dificuldades de estudantes e trabalhadores para se adequarem ao ensino e ao trabalho remoto.

Diante do exemplificado até então, não seria nenhum exagero afirmarmos que estamos diante de uma forte precarização da vida. Com a inexistência de políticas públicas eficientes para a geração de emprego e renda, acreditamos que os danos sociais causados pela pandemia irão perdurar por muitas décadas em nosso país, a contar ainda com a tragédia potencializada por uma necropolítica que se instaurou ao longo de todo o período pandêmico.

Obviamente, o cenário que se avizinha é catastrófico. Assim, pensar a relação entre ciberespaço e o trabalho na contemporaneidade se torna essencial não somente à Geografia. Ao compreender os impactos advindos dessa interação, torna-se possível analisar as novas dinâmicas que estarão presentes na produção do espaço, que, por sua vez, denotam novas espacialidades ancoradas na exclusão.

Ora, diante à “revolução tecnológica” do 5G e da indústria 4.0, cabe-nos refletir sobre a gama infundável de profissões que irão simplesmente desaparecer, sendo absorvidas por processos de automação cada vez mais guiados por inteligência artificial. Muitos desses empregos são ocupados hoje por uma população de baixa escolarização. A situação já seria dramática antes mesmo de considerarmos que hoje, já contamos com um total de 14,8 milhões de desempregados<sup>1</sup>. Assim, ao considerar a realidade atual urge a necessidade de discutirmos outras possibilidades de futuro.

Em diálogo com o apresentado acima, a partir de seu livro intitulado *A cidade que queremos: produção do espaço e democracia*, Ferreira (2021) aponta que nas próximas duas décadas, cerca de 47% dos empregos existentes estão em risco de serem extintos. Nesse sentido, o autor supracitado afirma que

[...] em futuro bem próximo, não teremos incremento de mais vagas no mercado de trabalho, mas, ao contrário, os economistas preveem fortes perdas devido à incorporação cada vez maior de inteligência artificial, de robótica e das tecnologias de comunicação e informação” (FERREIRA, 2021, p. 60).

Além das dificuldades mencionadas há ainda uma forte política de precarização do trabalho, que se funda tanto legislativamente (com reformas administrativas e novas leis que flexibilizam cada vez mais a empregabilidade), quanto ideologicamente. Vemos uma crescente exacerbação da figura do sujeito empreendedor. Assim, ao elencar o mito da meritocracia, cria-se uma realidade cada vez mais pautada na insatisfação social, tendo em vista que tal sistema nunca terá êxito em um país tão desigual quanto o Brasil.

---

<sup>1</sup> Os dados aqui mencionados foram obtidos em consulta direta do site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizada no dia 29/07/2021.

Por fim, ratificamos que este artigo foi construído a partir de um forte sentimento de negatividade em relação ao que nos está posto. Acreditamos dessa maneira, que cabe a nós, sujeitos de nosso tempo, unir nossas trajetórias espaciais rumo a um futuro outro.

### **Espaço e trabalho: a categoria trabalho como essencial à Geografia contemporânea.**

A Geografia, em toda sua complexidade enquanto ciência, é uma importante via para compreender as novas dinâmicas do trabalho na contemporaneidade. Assim, cabe ao geógrafo, além de tantas outras atribuições, a compreensão e análise das particularidades que circundam as relações de trabalho e reverberam, por sua vez, em novas espacialidades e formas de produção do espaço.

Ratificando o dito acima, tomamos nota dos dizeres de Carlos (2011, p.17), que em seu livro intitulado *A condição Espacial*, afirma que “o ato de produzir é o ato de produzir o espaço - isto é, a produção do espaço faz parte da produção das condições materiais objetivas de produção da história humana”. Importante contribuição a da autora mencionada, que aponta para uma forte relação entre a produção da história humana e a produção do espaço. Por sua vez, ao considerar o trabalho como inerente à condição humana, entende-se que a própria relação entre a sociedade e natureza, ao longo do tempo, foi mediada metabolicamente pelo trabalho. O capitalismo, subverteu a relação entre o homem e a natureza, estabelecendo uma condição onde a natureza passa a ser condição necessária à produção material de mercadorias.

Ao compreender a relação entre sociedade e natureza na atualidade, sobre as bases capitalistas de produção, observamos que há um crescente sentimento de individualização, prospectado por uma ideologia neoliberal que se contrapõe à noção de comunidade. O trabalho, enquanto motor de desenvolvimento do mundo, ao ser objetificado como fonte de produção de valor, tem sua potencialidade de transformação do ser transfigurada.

Contudo, mesmo com a crença neoliberal pautada na individualidade humana e na meritocracia, a sociedade se faz a partir do encontro, da vida em comunidade. É necessário, ao considerar a produção do espaço, compreender que ela se dá a partir de relações sociais construídas historicamente. Considerar a indissociabilidade entre tempo e espaço é essencial para a compreensão dos processos que engendram a produção do espaço.

Nesse sentido, Massey (2008) defende uma perspectiva em que pensar o espaço, considerando todas as nuances que o envolve, só é possível a partir de uma narrativa que promova uma indissociabilidade com o tempo e com os fatores históricos envolvidos a cada momento da produção do espaço. A autora mencionada, por esse viés, aponta-nos que o momento em que vivemos se constrói através de uma multiplicidade de histórias-até-aqui desenvolvidas, que por sua vez, se pautam em diferentes trajetórias. Assim, há um encontro de diferentes sujeitos em distintos contextos históricos e culturais no espaço, o que o torna ainda mais complexo.

Mas por que é tão importante considerar a categoria trabalho e suas nuances para pensar a produção do espaço? E as novas tecnologias? Aliadas ao trabalho e novas formas de empregabilidade podem reverberar em novas espacialidades?

Obviamente perguntas como essas, não possuem respostas simples. Ainda mais quando levamos em conta toda a complexidade que envolve as relações existentes entre ciberespaço, trabalho e espaço. Em momentos anteriores deste texto, já dissemos que toda produção do espaço é, em si, um reflexo da produção humana. Nesse sentido, o geógrafo brasileiro Milton Santos, em suas análises sobre a urbanização brasileira, ainda no século XX, já apontava para uma análise importante sobre a relação entre trabalho e urbanização. Santos (1993, p.126), em seu livro intitulado *A urbanização brasileira*, apresenta-nos uma importante questão: “como será o trabalho nos próximos anos? Da forma como ele for, dependerá a forma como a urbanização se dará, também porque aí pode estar a semente da nova consciência política”.

Observa-se claramente que o autor acima mencionado, estudando os processos de informatização e urbanização da cidade de São Paulo, já apontava a necessidade de compreender e desvelar os processos que engendram a relação entre trabalho, capital e informação na constituição do meio técnico-científico. Ora, torna-se essencial a compreensão do concreto, ou seja, das relações que fundamentam a produção do espaço e a (re)produção do capital.

Para chegar a concreticidade, torna-se essencial desvelar as nuances da pseudoconcreticidade. Nesse sentido, ao analisar os dizeres de Kosik (1999), torna-se claro que o que nos é apresentado é um mundo fetichizado e reificado. Assim, ainda em relação ao autor mencionado acima, é preciso desvelar o real a partir da transposição da pseudoconcreticidade. O autor prossegue ratificando que

Todavia, o mundo que se manifesta ao homem na *práxis* fetichizada, no tráfico e na manipulação, não é o mundo real, embora tenha a “consciência” e a “validez” do mundo real: é o “mundo da aparência” (Marx). A representação da coisa não constitui uma qualidade natural da coisa e da realidade: é a projeção, na consciência do sujeito, de determinadas condições históricas petrificadas. (KOSIK, 1999, p.19).

Ao considerar a fala de Kosik (1999), ratificada pela citação acima, é notório que (sobre)vivemos em uma sociedade extremamente alienada, em que o dito mundo real, seria em verdade, um mundo de aparências construído através de múltiplas representações e relações sociais construídas historicamente.

Nesse sentido, torna-se essencial desvelar o que está oculto, sobretudo quando levamos em conta as nuances das relações sociais que se engendram na produção do espaço. Por meio dessa prerrogativa, Lefebvre (1983), nos apresenta a ideia de que as representações não são apenas externas aos sujeitos. Por esse caminho, o autor em destaque entende que as representações estão embutidas no próprio ser, no qual imaginários e desejos se fundem com histórias e culturas que se manifestam no real. Partindo desse viés, é possível afirmar que presença e ausência se confundem, se articulam, se negam e se reforçam através de um constante processo dialético.

Mesmo levando em conta que vivemos em alienação e, que esta, por sua vez, conduz a processos de uma crescente falta de autonomia e degradação da vida humana, é mais que necessário repensar as relações de trabalho que perpassam a formação ontológica do ser e não somente a empregabilidade. Dessa maneira, considerando que é a partir do trabalho que o homem produz a si humanamente, Moraes et al. (2010), ao analisarem a categoria trabalho e seu caráter ontológico, a partir dos pressupostos estabelecidos por Marx e Engels, afirmam que

Na história humana, conforme nos ensina Marx e Engels, o trabalho se efetivará sempre como condição eterna do homem transformar a natureza para satisfazer suas necessidades, sempre no interior e por meio de uma forma específica, historicamente determinada, da organização social. (MORAES et.al, 2010, p. 38).

Ao transformar a natureza, modificar suas paisagens, obviamente o homem produz espaço. Assim, ao analisar ontologicamente a categoria trabalho, como nos convida Marx e Engels, temos em conta a relação metabólica existente entre sociedade e natureza.

De certo, ao longo de nossa história, diversas trajetórias e estórias - como dissemos anteriormente - se encontram no espaço, sendo determinantes para a sua produção. Contudo, na contemporaneidade, é fundamental compreender e analisar as novas formas e espacialidades desencadeadas pelas novas tecnologias que invadem a cotidianidade dos sujeitos.

### **Labores: os meandros da relação entre trabalho e ciberespaço.**

Defende-se aqui a hipótese de que para pensar a produção do espaço na contemporaneidade, é necessário levar em conta a influência do mundo virtual sobre o real. Dessa maneira, é inevitável não considerar a relação entre ciberespaço e espaço na atualidade.

De fato, a produção do espaço nunca se deu de forma equitativa. Contudo, com o advento do modo de produção capitalista, observou-se ao longo da história, um crescimento exponencial da desigualdade. Quando levamos em conta as nuances da rede e sua implicação direta na produção do espaço, bem como as “oportunidades” de acesso possibilitadas pela internet, constatamos que a despeito do que se acreditava, e até mesmo se defendia na horda capitalista, o acesso ao ciberespaço nem de longe foi democratizado, quanto mais a produção do espaço a partir dele.

Além de uma gama infindável de pessoas não conectadas à rede, há ainda uma lacuna geracional que não foi suprida pela emergência de uma política eficiente de inclusão digital. Assim, o que se vislumbra para o futuro é um cenário de mundo cada vez mais distópico, onde grande parcela da sociedade está incluída parcialmente no ciberespaço. Esta inclusão parcial, por sua vez, se dá em grande medida apenas no acesso às redes sociais. Ora, tal fato, aliado ao analfabetismo digital, possibilita a potencialização da alienação social.

De fato, ao considerar o histórico do capital e sua relação com o trabalho, observa-se uma constante separação entre o trabalhador e sua obra. Tal fato, por sua vez, é fundamental para o fortalecimento da alienação. Ao tecer uma análise sobre a obra de György Lukács, Dauayer (2013), nos apresenta que

Talvez o mais importante seja sublinhar que é no trabalho que o ser social cria o seu mundo. As suas formas de objetividade - que, a partir do ser natural, tornam-se cada vez mais claramente sociais - resultam do trabalho e se desenvolvem à medida que a *práxis* social emerge e se torna cada vez mais explícita. (DAUAYER, 2013, p. 20).

Em concordância com Dauayer (2013), é óbvia a importância do trabalho na produção do espaço. Entretanto, para além de tal obviedade, chamamos atenção à sua importância também para o ciberespaço. Na verdade, hoje há forte ligação entre o ciberespaço e os novos labores por ele possibilitados. Estes, por sua vez, denotam uma reificação ainda maior da categoria trabalho.

Antes de nos aprofundarmos nos meandros da discussão acima, cabe ratificar que mesmo sendo o sistema capitalista o agente potencializador da alienação, não foi necessariamente a partir dele que tal processo emergiu. Para ratificar esta afirmativa, tomamos nota do trabalho de Mészáros (2006), sobretudo quando o autor mencionado afirma veementemente que a alienação

[...] já é inerente às relações feudais, pois a propriedade da terra é a base do domínio da propriedade privada. A propriedade agrária feudal é considerada como uma manifestação particular da alienação, porque o fato de a terra ser possuída por uns poucos grandes senhores significa que o solo foi estranhado do homem e em geral se opõe a ele como um poder alheio. (MÉSZÁROS, 2006, p. 125).

Mesmo levando em consideração os dizeres de Mészáros (2006), cabe ressaltar que o capitalismo é uma fábrica de produção de mazelas sociais, ambientais e econômicas. Todo desenvolvimento tecnológico - mesmo que não leve a mudanças estruturais significativas em alguns momentos históricos - envolve mudanças no plano cultural, econômico e psicossocial.

É considerável ressaltar que a cada momento histórico o sistema capitalista produz o enfraquecimento do caráter ontológico do trabalho. A própria divisão social do trabalho, protagonizada na indústria e transportada para as outras atividades laborais da vida cotidiana, impõe a potencialização dos processos de alienação, que reverberam ainda mais na falta de conhecimento sobre a produção em sua totalidade.

Amparados nos dizeres acima e em diálogo com Tavares (2011), é possível compreender e até mesmo desvelar os fios invisíveis envolvidos na produção capitalista, o que nos leva a uma contundente análise sobre a influência das inovações tecnológicas no aumento da informalidade e, por consequência, da precarização do trabalho. A autora em menção aponta que

As inovações tecnológicas desencadeiam ao mesmo tempo a fragmentação dos processos de produção e a desqualificação da força de trabalho, fatores que, conjuntamente, contribuem para suprimir as antigas resistências do trabalhador, obrigando-o a aceitar os mais brutais retrocessos nas relações de trabalho. (TAVARES, 2011, p.121).

Como pode-se constatar através da análise dos dizeres acima, o desenvolvimento tecnológico proporciona uma constante desqualificação da força de trabalho, fazendo com que essa esteja sempre em elevados graus de precarização, exigindo um forte movimento de adaptação dos trabalhadores aos novos cenários e contextos de mundo criados. Desse modo, a informalidade do trabalho, cada vez mais potencializada por políticas neoliberais nefastas, é constantemente alimentada por crenças que ratificam a exploração do trabalhador a partir de distopias apoiadas no discurso de abertura de “novas oportunidades” através do desenvolvimento tecnológico.

O que se vê na verdade, é uma abertura de novos postos de trabalho que estruturam o ciberespaço e se projetam sobre o espaço dito real. A criação do mito do empreendedorismo ratifica a necessidade de criação de uma miríade de estratégias para se manter conectado ao mercado, seja através da promoção individual dos sujeitos-empresas, oportunamente conectados a redes sociais como *LinkedIn*, ou até mesmo pelos expropriados que animam diariamente os postos de teletrabalho<sup>2</sup>.

Um exemplo curioso, que de certa maneira ilustra o dito acima, que condiz com a influência do ciberespaço nas relações de trabalho e por que não, na própria produção do espaço, se dá a partir da análise do jogo *Second Life*, que na verdade funciona, em suma, como uma plataforma virtual de interação social, e, agora, empresarial. Como o próprio nome do *game* sugere, trata-se de um simulacro da vida cotidiana, onde os sujeitos podem escolher ser o que, ou quem quiserem ser.

Ainda em relação ao exposto acima, o mercado de trabalho, atento às dinâmicas do ciberespaço, projetou ao longo da pandemia da Covid-19 diversas estratégias e formas de desenvolvimento de atividades laborais. Reuniões e videoconferências em *hubs* digitais se tornaram parte do cotidiano de vários trabalhadores. Dentre as muitas estratégias que aqui poderiam ser mencionadas, damos destaque ainda às “inovações” oportunizadas pelo *Second Life*, que possibilitou uma virtualização tamanha das empresas, em que encontros, reuniões e até mesmo a vivência do dia-a-dia do escritório (remotamente falando) se tornaram possíveis e casuais. Ora, estamos diante de uma potencialização ainda maior da expropriação do tempo, tendo em vista que os jogadores/trabalhadores estão cada vez mais conectados ao jogo, e por sua vez, ao trabalho.

Veja Cantor (2015), a partir de seu texto intitulado *La expropiación del tiempo en el capitalismo actual*, faz alusão à contemporaneidade do sistema capitalista e suas formas de empregabilidade, que segundo o autor leva a sociedade a experimentar uma

---

<sup>2</sup> Faremos um aprofundamento maior sobre o assunto no item posterior do trabalho, intitulado *#Trabalho: novas espacialidades e dinâmicas laborais*.



expropriação do tempo como nunca antes visto. Nesse sentido, ao elencar a figura do info-trabalhador, o autor defende que a conexão incessante junto ao ciberespaço produz uma atmosfera psicossocial ancorada na ausência, que se projeta em várias facetas da vida cotidiana.

Corroboramos aqui com os dizeres de Veja Cantor (2015), sobretudo quando defende que há hoje uma objetificação ainda maior do trabalhador, que reverbera em perdas de vínculos sociais e culturais. É notório que experimentamos um certo escravismo digital, no qual estar conectado parece ser a regra do jogo. Essa moderna forma de expropriação fundamenta novas dinâmicas de trabalho e novas espacialidades.

### **#Trabalho: novas espacialidades e dinâmicas laborais**

Uma grande dificuldade, experimentada pelos pesquisadores ao longo de suas pesquisas, é ter que lidar com a impessoalidade. Dessa maneira, cabe a nós estabelecermos uma análise que contemple os agentes e os atores do processo o qual pesquisamos. Assim, ao transcender os números, teremos em conta que os sujeitos que compõem a miríade de nossas pesquisas possuem nomes, rostos e posições sociais bem definidas, por hora agindo como atores, por vezes como agentes. De fato, não propomos resolver esse desafio aqui.

Lançando mão mais uma vez dos pressupostos teóricos de Kosik (1999), torna-se possível compreender que

A atitude primordial e imediata do homem, em face da realidade, não é a de um abstrato sujeito cognoscente, de uma mente presente que examina a realidade especulativamente, porém, a de um ser que age objetiva e praticamente, de um indivíduo histórico que exerce sua atividade prática no trato com a natureza e com outros homens, tendo em vista a consecução dos próprios fins e interesses, dentro de um determinado conjunto de relações sociais. (KOSIK, 1999, p. 13).

Assim, quando defendemos em algum momento deste texto que a sociedade neoliberal cria discursos apoiados em uma falsa crença de liberdade, estamos nos referenciando em ações e sujeitos concretos. Sujeitos esses que operam o desenvolvimento do capital e promovem os processos de exclusão que discutimos até aqui. Dessa feita, ao considerar o capital enquanto um processo guiado por atores com interesses abjetos, tem-se em conta que a criação de narrativas que ratificam a fetichização das relações sociais construídas, ocorrem de maneira deliberada. Diante de tal contexto, a tessitura de laços sociais cada vez mais flexíveis, vende não só mercadorias, mas também produz ideologias, objetiva pessoas e ratifica processos de exclusão e indignidade humana.

Nesse sentido, a criação constante de “novas dinâmicas de trabalho” pautadas, obviamente, em uma precarização contínua do ser que trabalha, ratifica novas crenças estabelecidas por gigantes da tecnologia e empregadores de toda a sorte, que se baseiam no enfraquecimento constante dos sistemas de proteção do emprego. Em consequência, ex-

perenciamos o surgimento de um novo tipo de precariado, aquele ancorado no corporativismo capitalista, que por sua vez conduz ao individualismo extremo, exemplificando-se na imagem do ser empreendedor.

A partir dessa retórica, levamos em conta os postulados de Mészáros (2002), quando defende que

Como necessidade igualmente inevitável sob o sistema do capital, não basta que se imponha a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. É também forçoso que ela seja apresentada como uma justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. (MÉSZÁROS, 2002, p. 100).

Observa-se, então, que não basta modificar os processos de trabalho. É preciso introjetá-los na população ideologicamente como necessidade de ratificação do que está posto.

Mais uma vez aludindo ao trabalho de Veja Cantor (2015), que ao cunhar uma discussão de extrema relevância sobre as diferentes formas de expropriação do tempo a partir das dinâmicas de trabalho proporcionadas no âmbito do capitalismo contemporâneo, apontamos que as novas tecnologias de comunicação não possibilitaram apenas novas vertentes de trabalho, mas também novas formas de pensar ideologicamente.

Em vários momentos históricos em que o desenvolvimento tecnológico permitiu uma significativa alteração das dinâmicas da vida e por consequência, novas espacialidades, foi possível perceber a perda do caráter ontológico do trabalho. Em contraponto, tornou-se cada vez mais visível o aumento da expropriação do tempo, o qual subverte até mesmo os momentos que caberiam ao desenvolvimento imanente do ser, que passam a ser utilizados para a reprodução contínua do capital.

Ainda dialogando com Veja Cantor (2015), torna-se relevante considerar que antes da utilização da energia elétrica, por exemplo, o tempo de trabalho estava condicionado ao pôr do sol. Contudo, a partir do advento do desenvolvimento da energia elétrica, as indústrias, à época da revolução industrial, começaram a operar no período noturno. Assim, cada vez mais precarizado, o trabalhador não se via capaz de criar situações suficientes de “fuga” da realidade imposta pelas dinâmicas do capital operadas pelos barões da indústria, dificultando até mesmo as mobilizações sindicais, tendo em vista que a vida dos trabalhadores se resumia cada vez mais ao “trabalho”.

Analisar o futuro da sociedade é desafiador. Sobretudo quando levamos em consideração todas as dinâmicas de trabalho potencializadas pelo ciberespaço. Se tal desafio já não fosse complexo por si só, ao analisar as dinâmicas espaciais do século XXI, obser-

vamos que há uma aceleração constante do que Ferreira (2011) vai chamar de mercadificação<sup>3</sup> do espaço e da vida, tendo em vista as relações existentes hoje entre espaço, ciberespaço e o mundo da mercadoria.

Ao falar de mercadificação do espaço, Ferreira (2017) tem em conta que a relação entre determinado espaço e sua imagem construída é modificada. “É o espaço, transformado em produto, que passa a representar a imagem, e não o contrário; cada vez mais, o espaço é consumido pelo que ele representa; ou seja, o que representa frequentar e estar em determinado lugar”. (Ferreira, 2021, p. 34).

De certa maneira, tecendo um diálogo profícuo entre Ferreira (2011) e Furlan (2013), consideramos que de certa maneira, na contemporaneidade somos um certo tipo de sujeitos agência, atacados cotidianamente pelo desejo de consumir mercadorias que perpassam coisas, mas também signos e sensações. Quando afirmamos que experimentamos uma forte mercadificação do espaço e da vida, atentamo-nos ao fato de que o ato de trabalhar passa a ser uma forma constante de realização de desejos objetificados.

Assim, como porta de entrada para a realização constante de desejos, o trabalho passa a ser visto como uma necessidade não mais de desenvolvimento das faculdades humanas essenciais ao desenvolvimento da vida em comunidade, mas sim, como um meio ou caminho para o desenvolvimento material da humanidade. Dessa maneira, torna-se cada vez mais essencial lutar pelo direito ao tempo. Em verdade, é de extrema importância lutar pelo direito à vida e à própria existência humana.

Rompendo com o discurso neoliberal, que aponta o livre mercado como o guia norteador do desenvolvimento humano, Junior (2018) tece uma importante crítica ao capital e suas maneiras de operação. De acordo com o autor, a grande horda de empresários e agentes do poder capitalista criam uma miríade de formas de atração do trabalhador. Com uma pauta cada vez mais “humanizada”, os capitalistas produzem diversas ilusões coletivas, que reduzem a necessidade de se considerar a importância das lutas travadas em prol dos direitos coletivos. Ao defender novas formas de trabalho, como o sujeito empreendedor, o capital destrói as organizações que lutam pela dignidade do trabalho, subvertendo até mesmo os direitos trabalhistas conquistados legalmente.

Defendemos que o contexto acima retratado nos conduz a novas formas de produção do espaço e, por consequência, a novas espacialidades. A título ilustrativo, faremos menção ao filme *Nomadland*, dirigido e produzido por Chloé Zhao, vencedora do Oscar de 2021. O filme apresenta, de certa maneira, um nomadismo moderno, em que a protagonista Fern, após uma forte crise econômica, passa a viver em uma van, viajando pelos Estados Unidos e sobrevivendo a partir de relações temporárias de trabalho. Em menção à narrativa do filme, observa-se que, ao menos entre os jovens, tal nomadismo tem se tornado comum na vida real, sobretudo para os trabalhadores da área de tecnologia. Os cibertrabalhadores, por opção, vem, ao contrário de Fern e de tantos outros membros do

---

3 Ressalta-se que o autor usa de forma deliberada a expressão mercadificação, que segundo ele, vai além da pura e simples mercantilização. O mesmo aponta que a mercadificação contém a mercantilização, mas vai além. Trata-se, na verdade, de uma transformação e/ou objetificação de quase tudo em mercadoria.

precariado contemporâneo, tecendo novas relações sociais, cada vez mais flexíveis e pautadas em dinâmicas espaciais que não preconizam, por exemplo, o apego necessário a uma residência fixa.

Os apontamentos acima são valiosos, tendo em vista que estes não são literalmente adeptos ao “desapego”. Em verdade, ao contrário do desenvolvimento do “ser”, muitos ingressantes no mercado de trabalho atual prospectam novas formas de “ter”. O consumo, agora, não necessariamente perpassa a figura da residência, mas sim o consumo de signos e símbolos do espaço, coadunando mais uma vez para a hipótese de mercadificação da vida.

Nesse sentido, ilustrando o discutido acima, afirmamos que a informalidade já não é exclusividade dos mais pobres. Nesse sentido, em mais uma oportunidade, trazemos à tona a pesquisa de Maria Augusta Tavares (2011), que esclarece um fato relevante. A autora contribui com a análise proposta ao esclarecer que

Até os anos 80, certas atividades informais eram desempenhadas predominantemente por idosos, analfabetos ou detentores de baixo nível de escolaridade e qualificação, e migrantes. Esse quadro foi se modificando pela acentuada insuficiência dos empregos gerados no setor formal, frente à força de trabalho disponível, o que determina o ingresso de muitos trabalhadores qualificados nas relações informais de produção, e coloca em dúvida a capacidade da relação salarial moderna abranger todos os trabalhadores. (TAVARES, 2011, p. 35).

É importante ressaltar que tal dinâmica transpassa ao universo do trabalho. O nomadismo moderno, imposto ou não, conduz a uma necessidade constante de adaptação a costumes, leis e até mesmo o desenvolvimento de novas habilidades. Nesse sentido, ao dialogar em mais uma oportunidade com Junior (2013), apontamos para o conceito de desterração. Este, por sua vez, se estrutura por uma dinâmica constante de perda e retomada de vínculos culturais e sociais.

Nesse sentido, podemos fazer alusão ao trabalho de Raffestin (1993), o qual defende a tese de que o sujeito, ao longo de sua existência, passará necessariamente por processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Segundo o geógrafo francês, os indivíduos partem de um vínculo inicial com o território, que por sua vez, pode ser rompido a partir de diversos processos de rompimento de vínculo, o que o autor vai chamar de territorialização. Assim, ao criar novos vínculos com diferentes territórios, os sujeitos passariam pelo processo de territorialização.

Por outro lado, Haesbaert (2010) aponta para uma nova leitura sobre a desterritorialização. O autor defende que mesmo a partir de ruptura de vínculo com um determinado território, o indivíduo ainda mantém seus laços culturais, sociais e territoriais com o local em si. Dessa feita, a despeito do que defende Raffestin (1993), o geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2010) defende a existência de múltiplas territorialidades.

Ora, quando se instaura uma cultura de mudanças sistemáticas de trabalho, há uma constante necessidade de desenvolvimento de novas habilidades e saberes, além, obviamente, de novas relações com o espaço, que por sua vez, carecem de constante aprimoramento dos indivíduos. Assim, constroem-se novas espacialidades a partir de novas estruturas sociais e culturais. Vivemos em um contínuo processo de fazer-se e refazer-se.

Acreditamos que tal contexto seja determinante nos processos de produção do espaço, tendo em vista que diferentes sujeitos, ao longo de sua existência (seja como ator ou agente), sejam compelidos a criar novas estratégias de produção do espaço, a partir de diferentes vínculos territoriais e identitários. Além disso, a própria vinculação ao ciberespaço pode influenciar diferentes tipos de relações sociais que impactam diretamente na produção do urbano. Ao longo dos dois últimos anos (2020 e 2021), com o advento da Pandemia, foi possível perceber, por exemplo, o esvaziamento de grandes áreas comerciais centrais, sobretudo dos grandes prédios corporativos. Tal fato, potencializado pelo aumento do trabalho remoto, aponta para novas espacialidades, que se projetam sobre possíveis usos futuros de tais espaços. Quiçá, poderíamos aqui prospectar usos residenciais para as esvaziadas unidades corporativas.

Além disso, a partir do que já foi dito aqui, atentamos às novas interações de trabalho prospectadas pelo ciberespaço, sobretudo pelas perspectivas que se avizinham com o metaverso e potencialização da inteligência artificial.

O neoliberalismo fundamenta uma nova forma de metabolismo social, protagonizada por um constante ir e vir de precarizações e expropriações. Na verdade, não se trata mais do fortalecimento de uma política de promoção de oportunidades de emprego, mas na fundamentação da exclusão, o que nos traz a clara necessidade de seguirmos outra direção.

## **Considerações Finais**

A Geografia, enquanto saber e ciência, apresenta-se como essencial à contemporaneidade. A partir de seus pressupostos teóricos e suas estruturas de análise, torna-se possível desvelar os processos envolvidos na produção do espaço e até mesmo nas dinâmicas espaciais influenciadas por novas formas e estruturas de trabalho.

A figura do infotrabalhador, amparada por evoluções tecnológicas de toda sorte, subvertem ainda mais a função ontológica do trabalho, reduzindo-o, a partir de subversões capitalistas, apenas à figura da subsistência. Trabalhar sempre fez parte da narrativa humana. Contudo, as relações estabelecidas entre sociedade e natureza, mediadas pelo trabalho, foram brutalmente alteradas pela lógica de produção capitalista.

O ciberespaço, projetado como um anexo da vida humana, tem se transformado, cada vez mais, em uma cena complexa de representações, que envolvem vários traços da vida cotidiana, incluindo aí o trabalho. Assim, outras dinâmicas laborais tornam-se cotidianas, envolvendo uma ainda maior precarização do trabalho e, por consequência, da própria vida humana.

Além da perda de direitos, há um crescimento exponencial da expropriação do tempo do trabalhador. Agora, ao ficar conectado à rede constantemente, torna-se impossível se desconectar das rotinas de trabalho impostas e mediadas no ciberespaço.

Se o cenário apresentado já não fosse caótico por si só, procuramos deixar claro dois graves problemas. O primeiro deles refere-se à perda de empregos potencializada pelo desenvolvimento tecnológico e o desaparecimento de inúmeras profissões. Outro ponto que nos chama a atenção é a crescente segregação tecnológica que se avizinha. Tal fato ampara-se em um número crescente de pessoas sem acesso à internet, o que potencialmente levará à um não acesso ao trabalho.

Por fim, ainda é relevante pensar no constante enfraquecimento dos direitos trabalhistas, que se dá a partir de uma ideologia que fomenta a lógica do ser empreendedor. De certo, as prospecções para o futuro são aterrorizantes. Cabe a nós, tornarmos-nos efetivamente atores da mudança e lutarmos por novos vínculos e estruturas de vida. Viver é mais do que apenas sobreviver.

## Referências

- CARLOS, A. F. A. *A Condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- DAUAYER, M; ESCURRA, M. F. e SIQUEIRA, A. V. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. *R. Katál*, Florianópolis, V.16, n.1, p. 17-25, jan./jun.2013.
- FERREIRA, A. *A cidade que queremos: Produção do espaço e democracia*. Rio de Janeiro: Consequência, 2021.
- FERREIRA, A. Produção alienadora das cidades e indícios de insurgência: materialização, substrução e projeção. In FERREIRA, Alvaro, RUA, João, MATTOS, Regina Célia de. *O espaço e a metropolização: cotidiano e ação*. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 91-120.
- FERREIRA, A. *A cidade no século XXI: Segregação e banalização do espaço*. Rio de Janeiro: Consequência, 2011.
- FURLAN, N. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. *Soc. e Cul.* Goiânia, v.16, n.2, p. 395/403, jul./dez. 2013.
- HAESBAERT, R. *O mito da desterritorialização*. Do “fim dos territórios” à Multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- JUNIOR, A. T. Movimento territorial do trabalho e desterração do sujeito/classe. In: PERPETUA, Guilherme Maini e JUNIOR, Antonio Thomaz (Orgs). *Geografia e trabalho no século XXI: commodities, conflitos territoriais e degradação do trabalho no Brasil: volume 9 especial* [recurso eletrônico]. Presidente Prudente: Centelha, 2018, pp. 32-74.
- KOSIK, K. “A totalidade concreta”. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1999.
- LEFEBVRE, H. *La presencia y la ausencia*. Contribución a la teoría de las representaciones. México: FCE, 1983.

- MASSEY, D. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- MÉSZÁROS, I. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORAES, B; AYRES, N; TERCEIRO, E; e JIMENEZ, S. A categoria trabalho em Marx e Engels: uma análise introdutória de sua legalidade onto-histórica. *Revista Eletrônica Arma da Crítica*. Ano 2. Número 2, Março. 2010.
- Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE*, 2021. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 29/07/2021.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática S.A, 1993.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SEABRA, O. C. de L. A insurreição do uso. In: MARTINS, José de Souza (org). *Henri Lefebvre: o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 71-86.
- SIBILIA, Pa. *O homem pós-orgânico: a alquimia dos corpos e das almas à luz das tecnologias digitais*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2015, pp. 237-246.
- TAVARES, M. A. *Os fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho*. São Paulo: Contexto, 2011.
- VEJA CANTOR, R. La expropiación del tiempo en el capitalismo actual. *Revista Herramienta n° 57*, Primavera de 2015 - Año XIX.

---

#### Felipe Perdigão Barbosa

Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF e doutorando em Geografia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio. Atualmente é professor da rede estadual de Minas Gerais e Coordenador Geral Pedagógico do Colégio Santa Marcelina – Unidade Muriaé.  
Rua Álvaro de Araújo, n° 77, Cep: 36.880-163, Muriaé, Minas Gerais.  
E-mail: felipegeomorfologo@gmail.com.

#### Alvaro Henrique de Souza Ferreira

Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP) e professor dos departamentos de Geografia da PUC-Rio e UERJ.  
Rua Marquês de São Vicente, n° 225, Gávea, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.  
E-mail: alvaro.ferreira.geo@gmail.com

---

Recebido para publicação em outubro de 2021.  
Aprovado para publicação em janeiro de 2022.